



CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **04**.

Um dos problemas que democracias enfrentam é o de como lidar com aqueles que negam seus princípios elementares, mas não chegam a conspirar para dar um “putsch”*. Entra nessa categoria a manifestação orquestrada por supremacistas brancos em Charlottesville, na Virgínia.

Não há como conciliar uma ideologia francamente racista, como a defendida pelos organizadores da marcha, em que se viam suásticas e se gritavam *slogans* contra negros, com a noção, **nuclear para a democracia**, de que os direitos de minorias precisam ser sempre respeitados. Mas usar a lei para silenciar esses grupos também não é uma solução satisfatória, pois viola outro pressuposto essencial da democracia, a liberdade de expressão. Como sair do paradoxo? Quão tolerante a democracia deve ser com os intolerantes?

Penso que os americanos lidam bem com esse tipo de situação. Os EUA são um dos poucos países que levam a liberdade de expressão realmente a sério, permitindo que qualquer grupo exponha qualquer ideia e mobilize seus simpatizantes para defendê-la. E “qualquer” aqui não é força de expressão. Nos anos 70, a Suprema Corte ratificou o direito de um grupo nazista de realizar uma passeata em Skokie, cidade habitada por vários sobreviventes do Holocausto.

Como a democracia nos EUA nunca foi seriamente ameaçada por grupos extremistas domésticos, não dá para dizer que a virtual sacralização da liberdade de expressão pelos tribunais seja um tiro no pé. Fica claro, porém, que o país se vale de outros mecanismos (sociais) para manter o radicalismo sob controle. É aqui que surgem motivos para preocupação.

O grave não é que supremacistas brancos tenham conseguido fazer uma manifestação nos EUA, mas sim que o presidente do país, que deveria atuar como uma espécie de bússola nas grandes questões morais, tenha relutado tanto em condenar o evento racista de forma inequívoca.

(Hélio Schwartzman, Tolerar a intolerância?
<http://www1.folha.uol.com.br>. 15.08.2017. Adaptado)

*putsch: golpe.

- 01.** Entre os assuntos que discute no contexto dos eventos em Charlottesville, o autor destaca como questão extremamente séria a
- (A) dificuldade de acomodação de ideologias conflitantes, tais como a defesa de teses racistas com o respeito à lei.
 - (B) delonga da autoridade máxima do país em expressar com clareza sua desaprovação à manifestação de cunho racial.
 - (C) limitação da liberdade de expressão diante dos excessos promovidos por extremistas contrários aos supremacistas brancos.
 - (D) habilidade dos americanos em lidar com conflitos, mesmo sem identificar os simpatizantes de causas polêmicas.
 - (E) natureza paradoxal da democracia norte-americana, que aplica a lei para conter ideologias contrárias aos grupos minoritários.

- 02.** No segundo parágrafo, a frase destacada informa que a noção de que os direitos de minorias precisam ser sempre respeitados é
- (A) tolerável para os que defendem a democracia.
 - (B) recorrente em ataques à democracia.
 - (C) central nos sistemas políticos democráticos.
 - (D) sistemática a ser adotada nos regimes políticos.
 - (E) delimitada por pesquisas acerca da democracia.

03. Considere as seguintes passagens:

... a Suprema Corte **ratificou** o direito de um grupo nazista de realizar uma passeata em Skokie...

... não dá para dizer que a virtual **sacralização** da liberdade de expressão...

As palavras destacadas têm, respectivamente, como sinônimo e antônimo adequados ao contexto:

- (A) anulou e destituição.
 - (B) cerceou e beatificação.
 - (C) avaliou e entronização.
 - (D) monitorou e maculação.
 - (E) validou e profanação.
- 04.** Assinale a alternativa em que se identifica corretamente, nos parênteses, a relação de sentido que o trecho destacado estabelece com o restante do enunciado.
- (A) ... uma ideologia francamente racista, **como a defendida pelos organizadores da marcha** (Modo).
 - (B) **Como a democracia nos EUA nunca foi seriamente ameaçada por grupos extremistas domésticos**, não dá para dizer (Comparação).
 - (C) Fica claro, porém, que o país se vale de outros mecanismos (sociais) **para manter o radicalismo sob controle** (Causa).
 - (D) ... usar a lei para silenciar esses grupos também não é uma solução satisfatória, **pois viola outro pressuposto essencial da democracia** (Explicação).
 - (E) ... como lidar com aqueles que negam seus princípios elementares, **mas não chegam a conspirar para dar um “putsch”** (Condição).
- 05.** Assinale a alternativa em que a concordância nominal e verbal está de acordo com a norma-padrão.
- (A) No mundo todo, mais de um país luta contra a discriminação de minorias, sendo mesmo vedadas manifestações públicas.
 - (B) Cerca de cinquenta por cento dos norte-americanos condena os atos extremistas promovido por minorias radicais.
 - (C) Para controlar extremistas, não basta ações policiais: é necessário a conscientização da população.
 - (D) É sempre bom tomar emprestado os modelos de democracia dos países em que já houveram ações contra extremismos.
 - (E) Se ações que se adotou contra o racismo não der certo, outras devem ser buscadas o mais brevemente possível.

06. Assinale a alternativa em que a pontuação da frase está de acordo com a norma-padrão.
- (A) Fala-se em uma noção – nuclear para a democracia – de que é preciso respeitar, sempre, os direitos de minorias.
- (B) Nota-se que o autor se pergunta, entre outras coisas como sair do paradoxo?
- (C) Levar a liberdade de expressão, realmente a sério, é prática nos Estados Unidos.
- (D) A negação dos princípios elementares da democracia, é: um dos problemas dos países na modernidade.
- (E) É preciso perguntar-se, quão tolerante com os intolerantes, a democracia pode ser.

Leia o texto, para responder às questões de números 07 a 09.

Fazer 70 anos

Fazer 70 anos não é simples.
A vida exige, para o conseguirmos,
perdas e perdas no íntimo do ser,
como, em volta do ser, mil outras perdas.

Fazer 70 anos é fazer
catálogo de esquecimentos e ruínas.
Viajar entre o já-foi e o não-será.
É, sobretudo, fazer 70 anos,
alegria pojada de tristeza.

Ó José Carlos, irmão-em-Escorpião!
Nós o conseguimos...
E sorrimos
de uma vitória comprada por que preço?
Quem jamais o saberá?

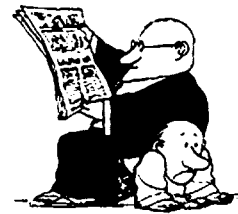
À sombra dos 70 anos, dois mineiros
em silêncio se abraçam, conferindo
a estranha felicidade da velhice.

(Carlos Drummond de Andrade, *Amar se aprende amando*)

07. É correto afirmar que, no tratamento da temática do poema, o eu lírico adota
- (A) perspectiva intimista, atribuindo ao avanço do tempo a certeza da felicidade.
- (B) tom pessimista, expressando o avanço da idade como acúmulo de privações.
- (C) ponto de vista impessoal, falando com frieza de sua relação com a idade.
- (D) expressão contida, evitando demonstrar seus reais sentimentos.
- (E) inflexão autoritária, como forma de afugentar o fantasma da velhice.

08. O verso do poema que expressa a ideia de que, ao fazer 70 anos, transita-se entre passado e futuro, perdendo-se a perspectiva do presente é:
- (A) catálogo de esquecimentos e ruínas.
- (B) alegria pojada de tristeza.
- (C) Viajar entre o já-foi e o não-será.
- (D) Quem jamais o saberá?
- (E) a estranha felicidade da velhice.
09. No verso – Nós o conseguimos... –, o pronome “o” tem como referente a ideia de
- (A) dois mineiros poderem se abraçar.
- (B) constatar que a vida exige perdas.
- (C) reconhecer perdas no íntimo do ser.
- (D) o poeta ter um irmão-em-Escorpião.
- (E) ter feito 70 anos.

10. Leia e interprete os signos verbais e não verbais da tira.



COMO SEMPRE, OBRIGADO,
E ATÉ AMANHÃ!



(Quino, *Potentes, prepotentes e impotentes*)

São palavras que expressam ideias coerentes com a situação retratada na tira:

- (A) opressão e intolerância.
- (B) passividade e reação.
- (C) bajulação e ingratidão.
- (D) subserviência e resignação.
- (E) dedicação e desregramento.

11. Para organizar as tarefas da semana, determinado setor de uma empresa utiliza uma lousa com 1,05 m de comprimento por 60 cm de largura, dividindo-a em quadrados, todos de mesmo perímetro e de maior lado possível. Do número total de quadrados em que a lousa foi dividida, $\frac{3}{4}$ foram preenchidos imediatamente, 3 dos restantes foram preenchidos no dia seguinte e os demais não foram preenchidos. Em relação ao número total de quadrados em que essa lousa foi dividida, aqueles que não foram preenchidos representam, aproximadamente,
- (A) 11%.
 - (B) 12%.
 - (C) 13%.
 - (D) 14%.
 - (E) 15%.
12. Em um escritório, a razão entre o número de processos arquivados e o número de processos desarchiveados é $\frac{3}{5}$. Por motivos técnicos, 6 processos arquivados tiveram que ser desarchiveados, e a razão entre o número de processos arquivados e o número de processos desarchiveados passou a ser $\frac{5}{11}$. O número atual de processos desarchiveados é
- (A) 58.
 - (B) 62.
 - (C) 66.
 - (D) 70.
 - (E) 74.
13. Em uma loja, o preço do produto A teve um acréscimo de 5%, e o preço do produto B teve um desconto de 20%, com isso os dois produtos passaram a ter o mesmo preço. Se o preço do produto A, após o acréscimo, passou a ser de R\$ 84,00, a diferença entre os preços desses dois produtos, antes dos reajustes, era
- (A) R\$ 21,00.
 - (B) R\$ 25,00.
 - (C) R\$ 27,00.
 - (D) R\$ 30,00.
 - (E) R\$ 32,00.

14. Para imprimir 300 apostilas destinadas a um curso, uma máquina de fotocópias precisa trabalhar 5 horas por dia durante 4 dias. Por motivos administrativos, será necessário imprimir 360 apostilas em apenas 3 dias. O número de horas diárias que essa máquina terá que trabalhar para realizar a tarefa é
- (A) 6.
(B) 7.
(C) 8.
(D) 9.
(E) 10.

15. A tabela mostra o número de horas extras de determinada semana, trabalhadas pelos funcionários de uma empresa.

Número de funcionários	Número de horas extras
3	5
2	4
4	6
?	3

Considerando-se o número total de funcionários que fizeram horas extras nessa semana, o número de horas extras por funcionário foi, na média, 4,25. O número de funcionários que fizeram 3 horas extras nessa semana foi

- (A) 7.
(B) 6.
(C) 5.
(D) 4.
(E) 3.
16. Um capital foi aplicado a juros simples, com taxa de 9% ao ano, durante 4 meses. Após esse período, o montante (capital + juros) resgatado foi de R\$ 2.018,80. O capital aplicado era de
- (A) R\$ 2.010,20.
(B) R\$ 2.000,00.
(C) R\$ 1.980,00.
(D) R\$ 1.970,40.
(E) R\$ 1.960,00.
17. Uma papelaria precisa organizar seu estoque de cadernos e, para isso, irá utilizar caixas de papelão, colocando em cada uma delas o mesmo número de cadernos. Se forem colocados 30 cadernos em cada caixa, todas as caixas serão utilizadas e 20 cadernos ficarão de fora, mas, se forem colocados 35 cadernos em cada caixa, todos os cadernos serão encaixotados e 2 caixas não serão utilizadas. Se essa papelaria decidir colocar 40 cadernos em cada caixa, todos os cadernos também serão encaixotados, e o número de caixas necessárias será
- (A) 12.
(B) 14.
(C) 16.
(D) 18.
(E) 20.

18. Uma gráfica precisa imprimir um lote de 100 000 folhetos e, para isso, utiliza a máquina A, que imprime 5000 folhetos em 40 minutos. Após 3 horas e 20 minutos de funcionamento, a máquina A quebra e o serviço restante passa a ser feito pela máquina B, que imprime 4500 folhetos em 48 minutos. O tempo que a máquina B levará para imprimir o restante do lote de folhetos é
- (A) 14 horas e 10 minutos.
 (B) 14 horas e 05 minutos.
 (C) 13 horas e 45 minutos.
 (D) 13 horas e 30 minutos.
 (E) 13 horas e 20 minutos.

19. Uma pessoa dispõe de cédulas de R\$ 2,00, R\$ 5,00 e R\$ 10,00, totalizando R\$ 60,00. O número de cédulas de R\$ 10,00 é um a menos que o número de cédulas de R\$ 2,00 e 2 a mais que o número de cédulas de R\$ 5,00. O valor de que essa pessoa dispõe, em cédulas de R\$ 5,00, é
- (A) R\$ 10,00.
 (B) R\$ 15,00.
 (C) R\$ 20,00.
 (D) R\$ 25,00.
 (E) R\$ 30,00.

20. Um terreno retangular ABCD, com 40 m de largura por 60 m de comprimento, foi dividido em três lotes, conforme mostra a figura.

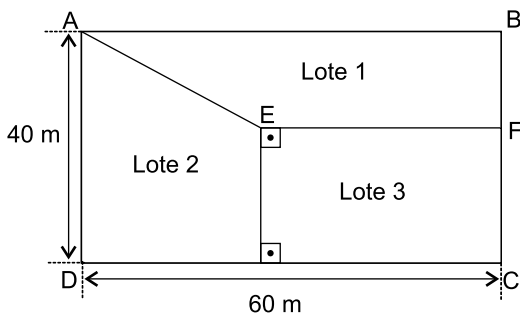


Figura fora de escala

Sabendo-se que $EF = 36$ m e que a área do lote 1 é 864 m², o perímetro do lote 2 é

- (A) 100 m.
 (B) 108 m.
 (C) 112 m.
 (D) 116 m.
 (E) 120 m.

LEGISLAÇÃO

- 21.** Segundo dispõe a Lei Complementar nº 277/2011, as faltas consecutivas do servidor, por período superior a 15 (quinze) dias, sem justificativa,
- (A) implicarão na sua automática demissão, a bem do serviço público.
 - (B) terão como consequência o desconto dos dias de falta em seus vencimentos, mas não acarretarão outras sanções.
 - (C) acarretarão a suspensão imediata do seu pagamento, sem prejuízo das medidas disciplinares pertinentes.
 - (D) implicarão na advertência por escrito e no desconto dos dias não trabalhados, além de multa prevista em lei.
 - (E) ensejarão o desconto em seus vencimentos dos dias não trabalhados, bem como do total dos valores de suas vantagens e gratificações do mês.
- 22.** Com relação ao adicional pelo exercício das atividades insalubres e perigosas, a Lei Complementar nº 277/2011 estabelece que
- (A) o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
 - (B) o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade não cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram origem à sua concessão.
 - (C) a servidora gestante será afastada das atividades insalubres e/ou perigosas, no período de gestação até noventa dias da data do nascimento, para aleitamento materno.
 - (D) o adicional de periculosidade será de até 20% (vinte por cento) sobre o vencimento-base e as vantagens permanentes percebidas pelo servidor.
 - (E) o adicional de insalubridade será de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o salário base do servidor.
- 23.** Os honorários advocatícios depositados pela parte contrária em processos movidos pelo IPRESB ou contra ele propostos, acompanhados pela Procuradoria Previdenciária, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 372/2016, serão
- (A) recolhidos integralmente aos cofres do Município de Barueri como receitas diversas.
 - (B) destinados na proporção de 50% para os cofres do Município e 50% para os Procuradores previdenciários, esta parte distribuída igualmente entre todos os Procuradores, incluindo os aposentados.
 - (C) recolhidos integralmente aos cofres do IPRESB, que deve usar os respectivos recursos para pagamento dos vencimentos e proventos dos Procuradores Previdenciários.
 - (D) destinados na proporção de 50% para o IPRESB e 50% para os Procuradores Previdenciários em efetivo exercício de suas funções no IPRESB.
 - (E) destinados aos Procuradores Previdenciários que estejam em efetivo exercício de suas funções no IPRESB.
- 24.** Assinale a alternativa correta a respeito do sistema de avaliação de desempenho previsto na Lei Complementar nº 372/2016.
- (A) A lei prevê a avaliação especial de desempenho e a avaliação periódica de desempenho, sendo a primeira para fins de evolução funcional e a segunda para fins de aquisição de estabilidade.
 - (B) Será declarado inapto antes do término do período de experiência o servidor público que sofrer qualquer pena disciplinar.
 - (C) A avaliação especial de desempenho será feita pela Comissão de Gestão de Carreira, coordenada pelo Diretor Presidente do IPRESB.
 - (D) O servidor nomeado para cargo em confiança ou designado para exercer função de confiança não será submetido ao sistema de avaliação de desempenho.
 - (E) Será considerado apto ao cargo, e adquirirá a estabilidade, o servidor público que obtiver acima de 50 pontos nas três últimas avaliações periódicas de desempenho.
- 25.** Nos termos da Lei Complementar nº 372/2016, o IPRESB poderá empregar regime de compensação de jornada, que atenderá, dentre outras regras, o seguinte:
- (A) 1 hora extraordinária desempenhada em dias úteis equivale a 2 horas no regime de compensação de jornadas.
 - (B) o regime de compensação de jornadas também se aplica ao servidor que estiver desempenhando jornada de trabalho reduzida.
 - (C) o regime de compensação de jornadas tem como limite máximo, dentro do período de 6 meses, 180 horas.
 - (D) é vedada a conversão em pecúnia de horas extras trabalhadas em excesso à jornada padrão.
 - (E) não será admitida a utilização de horas registradas de compensação de jornada para fins de compensação de atrasos ou saídas antecipadas.

26. No Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário abriu a pasta Documentos, que contém 3 arquivos: tarefas.txt, resolvidos.txt e controlegeral.txt. O usuário selecionou apenas o arquivo tarefas.txt e pressionou as teclas CTRL+C. Na sequência, selecionou apenas o arquivo resolvidos.txt e pressionou as teclas CTRL+C. Depois, selecionou apenas o arquivo controlegeral.txt e pressionou as teclas CTRL+C. Assinale a alternativa que apresenta corretamente qual(is) arquivo(s) será(ão) colado(s) ao, finalmente, se pressionarem CTRL+V em outra pasta.

- (A) tarefas.txt, resolvidos.txt e controlegeral.txt.
- (B) tarefas.txt.
- (C) resolvidos.txt e controlegeral.txt.
- (D) controlegeral.txt.
- (E) tarefas.txt e resolvidos.txt.

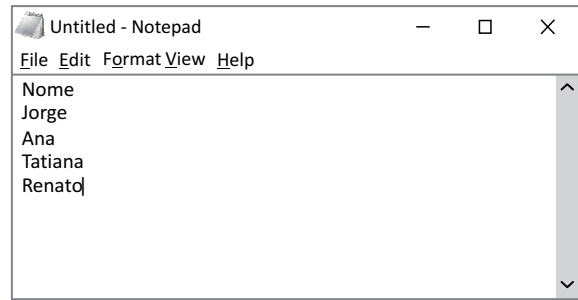
27. Um usuário tem uma planilha criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão, como apresentado na imagem a seguir.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Documento	Data solicitação	Valor	Emissor		0	BAIXO
2	9041	12/08/2015	8000	BRUNO		10000	MÉDIO
3	9042	12/08/2015	19000	BRUNO		15000	ALTO
4	9046	12/08/2015	16000	FERNANDO			
5	9047	12/08/2015	13000	FERNANDO			
6	9050	14/08/2015	100	JOÃO			
7	9057	19/08/2015	700	SONIA			
8	9059	20/08/2015	600	SONIA			
9	9059	20/08/2015	300	SONIA			
10	9062	20/08/2015	950	PALOMA			
11	9065	24/08/2015	12000	ALAN			
12	9065	24/08/2015	6000	SONIA			
13							

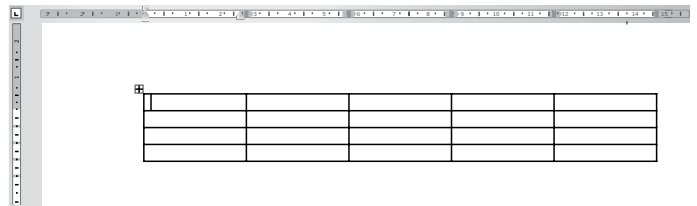
Assinale a alternativa que contém o resultado correto da fórmula =PROCV(C2;\$F\$1:\$G\$3;2;1), inserida na célula E2.

- (A) 0
- (B) BAIXO
- (C) 8000
- (D) MÉDIO
- (E) 76650

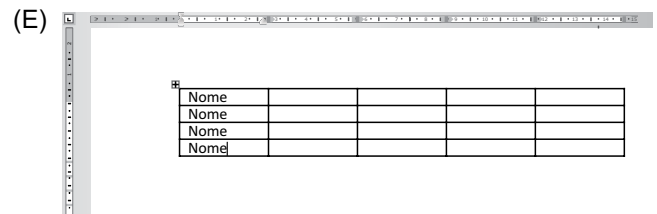
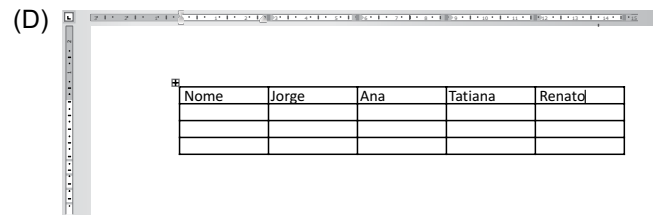
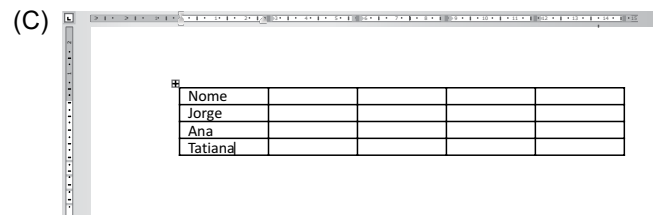
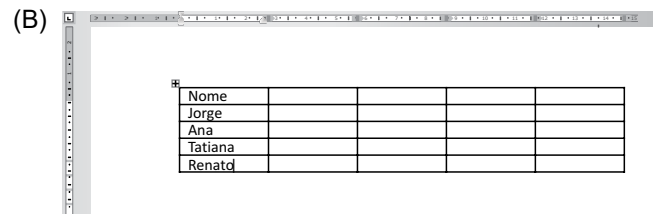
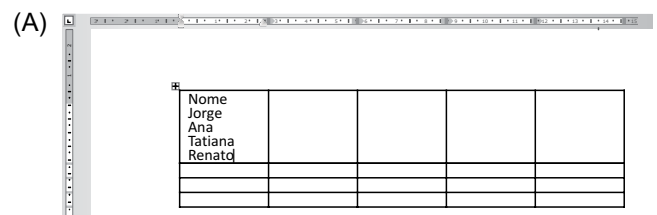
28. Tem-se o seguinte documento texto editado no Bloco de Notas do Microsoft Windows 7, em sua configuração original, com 5 linhas.



Em um documento criado no Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, um usuário criou uma tabela de 4 linhas e 5 colunas, como apresentado na figura a seguir.



Ao selecionar e copiar com as teclas CTRL+C todo o conteúdo do Bloco de Notas, ativar o Word, posicionar o cursor na primeira célula e, finalmente, pressionar as teclas CTRL+V, o resultado será:



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LC 215

29. Usando o PowerPoint 2010, em sua configuração original, um usuário criou uma apresentação com 5 slides, sendo que todos os slides estão configurados como ocultos. Com o terceiro slide selecionado na exibição de lista de slide à esquerda, o usuário pressionou a tecla F5 para iniciar o Modo de Apresentação.
- Assinale a alternativa que correta com relação à apresentação.
- (A) Será exibida primeiramente uma tela em branco.
- (B) A apresentação irá para o final imediatamente.
- (C) Será exibido primeiramente o primeiro slide.
- (D) Será exibido primeiramente o terceiro slide.
- (E) Será exibido primeiramente o último slide.
30. Assinale a alternativa correta sobre correio eletrônico, considerando o aplicativo Microsoft Outlook 2010, em sua configuração padrão.
- (A) Para enviar uma mensagem com alta prioridade, é preciso marcar o destinatário em negrito no campo Para.
- (B) Destinatários informados no campo Cc somente recebem a mensagem após o destinatário do campo Para ter confirmado a leitura primeiro.
- (C) Mensagens de correio eletrônico aceitam no máximo 3 anexos.
- (D) Pode-se enviar uma mensagem preenchendo o campo Cco e deixando o campo Para em branco.
- (E) Um endereço de correio eletrônico informado no campo Assunto também receberá a mensagem.
31. Segundo disposição expressa da Lei Complementar nº 215/2008, do Município de Barueri, a competência para controlar o efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias e assistenciais dos segurados, pelos órgãos de pessoal dos entes de direito público interno do município, e o repasse à Autarquia dessas contribuições e daquelas devidas pela Prefeitura, suas autarquias e fundações e pela Câmara Municipal é do
- (A) Departamento Administrativo e Financeiro.
- (B) Departamento de Controladoria.
- (C) Conselho Fiscal.
- (D) Conselho Administrativo.
- (E) Procuradoria Administrativa.
32. A contribuição dos órgãos empregadores do Município para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Barueri, segundo dispõe a Lei Complementar nº 215/2008, será constituída de recursos do orçamento fiscal, fixada obrigatoriamente na lei
- (A) de diretrizes orçamentárias.
- (B) orçamentária anual.
- (C) orgânica municipal.
- (D) do Regime Geral da Previdência Social.
- (E) que rege o Estatuto dos Servidores Municipais.
33. Acerca do contribuinte facultativo, conforme dispõe a Lei Complementar nº 215/2008, de Barueri, é correto afirmar que
- (A) é considerado contribuinte facultativo, independentemente de opção, o servidor que for afastado ou licenciado do cargo, sem recebimento de vencimento ou remuneração do Município.
- (B) a contribuição efetuada durante o afastamento do servidor será computada para o cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo de efetivo exercício do cargo na concessão da aposentadoria.
- (C) as alíquotas da contribuição facultativa serão calculadas sobre a última base de contribuição do servidor, reajustadas sempre que houver reclassificação do padrão de seu cargo, ou majoração de vencimento, na mesma proporção.
- (D) a contribuição patronal a cargo do contribuinte facultativo incluirá a cobertura do deficit atuarial.
- (E) o servidor afastado ou em licença do trabalho, que não esteja efetuando o pagamento das contribuições facultativas, não mais poderá efetuar o recolhimento de sua contribuição e da contribuição patronal pertinente ao período desde o seu afastamento, visando à concessão de qualquer benefício previdenciário.

34. Assinale a alternativa que contém dois benefícios previdenciários devidos aos dependentes do segurado, conforme previstos na Lei Complementar nº 215/2008, de Barueri.
- (A) Auxílio-doença e salário-família.
 - (B) Auxílio-reclusão e salário-família.
 - (C) Auxílio-reclusão e abono anual.
 - (D) Salário-família e pensão por morte.
 - (E) Salário-família e abono anual.
35. O salário-maternidade é devido, conforme estabelece a Lei Complementar nº 215/2008, do Município de Barueri, à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com as idades previstas na Lei. No caso de a referida criança ter 5 anos de idade, o salário-maternidade será devido por
- (A) 120 dias.
 - (B) 90 dias.
 - (C) 60 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 15 dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. A Administração, de acordo com o princípio da juridicidade, encontra-se submetida a todo o ordenamento jurídico e não apenas à lei em sentido formal. Isso decorre do reconhecimento da supremacia material exercida pela Constituição Federal. Tal concepção tem importantes reflexos no sistema de controle da Administração Pública. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) O Poder Judiciário pode, em regra, substituir a decisão discricionária adotada pelo Poder Executivo pela medida que julgar mais adequada ao atendimento do interesse público.
 - (B) O controle exercido pela Administração Pública sobre os atos desenvolvidos pelos entes que integram a Administração Indireta é chamado de autotutela e o seu exercício independe de previsão legal.
 - (C) Os casos de controle Parlamentar exercido sobre o Poder Executivo abrangem tanto as hipóteses constantes expressamente na Constituição Federal como também podem abranger outras modalidades criadas pela legislação infraconstitucional.
 - (D) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo, no que se inclui a possibilidade de revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade.
 - (E) O ordenamento jurídico brasileiro não adotou o sistema do contencioso administrativo originário da França, mas sim o sistema da jurisdição una de origem norte-americana e inglesa.

37. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa correta.
- (A) Pode-se conceituar o refinanciamento da dívida mobiliária como o ato de compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - (B) Diz-se que operação de crédito é o ato por meio do qual o ente público emite títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês.
 - (C) O Ministério da Fazenda divulgará, anualmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, bem como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
 - (D) Os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, no prazo de até trinta de abril.
 - (E) É anulável o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.
38. Encontra-se no rol de cláusulas exorbitantes a prerrogativa que a Administração Pública possui de aplicar sanções ao contratado. A respeito dessa temática, é correto afirmar que
- (A) o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, conforme previsto no contrato, mas impedirá que a Administração aplique outras sanções mencionadas na Lei nº 8.666/93.
 - (B) a pena imposta será duplicada quando os autores dos crimes previstos na Lei nº 8.666/93 forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração Direta ou Indireta.
 - (C) de acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade de suspensão de contratar (art. 87, III, Lei nº 8.666/1993) não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública.
 - (D) pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, *ex officio*, independentemente de prévia defesa, aplicar ao contratado a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 - (E) a multa, aplicada após regular processo administrativo, não poderá ser descontada da garantia do respectivo contratado, devendo a Administração cobrá-la judicialmente.

39. O lançamento por homologação consiste

- (A) no ato do contribuinte que, antecipando-se à ação do Fisco, recolhe o tributo devido, sem necessidade de confirmação posterior por parte da administração tributária.
- (B) no ato da autoridade administrativa de constituição do crédito tributário baseado em declaração do sujeito passivo ou de terceiro a respeito de informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- (C) no procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo.
- (D) no ato da autoridade administrativa que, tomando conhecimento da antecipação de pagamento efetivada pelo sujeito passivo sem prévio exame, expressamente ou tacitamente a homologa.
- (E) no ato da autoridade administrativa de constituição do crédito tributário por iniciativa própria quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

40. Com relação à extinção e à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A anistia poderá abranger as infrações cometidas anteriormente e após a vigência da lei que a concede, além de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e os que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- (B) A isenção tributária poderá estar prevista em contrato que, independentemente de autorização legal, especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
- (C) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- (D) Decreto pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo à situação econômica do sujeito passivo.
- (E) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 4 (quatro) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

41. No Brasil, o controle de constitucionalidade das leis ocorre

- (A) apenas de forma difusa, realizado por qualquer juízo ou tribunal do Poder Judiciário, com efeito *erga omnes*.
- (B) em regra, de forma concentrada por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade, por qualquer interessado, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) de forma difusa ou concentrada, tendo as decisões, em ambos os casos, efeito *erga omnes*.
- (D) de forma difusa ou concentrada, tendo a decisão proferida, no primeiro caso, via de regra, efeito *inter partes*, e no segundo, *erga omnes*.
- (E) de forma difusa ou concentrada, tendo a decisão proferida, no primeiro caso, via de regra, efeito *erga omnes*, e no segundo, *inter partes*.

42. Com relação à súmula vinculante, é correto afirmar que

- (A) após sua edição e publicação na Imprensa Oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (B) após sua edição e publicação na Imprensa Oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário. Em razão do princípio separação dos poderes, a administração pública não tem obrigação de seguir aquela norma, apesar de ser recomendável que isso ocorra.
- (C) um dos requisitos para sua edição é a existência de diversos processos pendentes de julgamento envolvendo a mesma e atual controvérsia jurídica.
- (D) pode ser cancelada somente por meio de sugestão fundamentada de algum ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (E) foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº 43/2000.

43. A respeito da intervenção no Município, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser promovida pelo Estado no qual o Município está instalado ou pela União, a depender da gravidade da violação praticada.
- (B) Pode ocorrer se o Município deixar de pagar dívida fundada por 3 (três) anos consecutivos.
- (C) Pode ocorrer se não tiver sido aplicado pelo Município o mínimo exigido da receita municipal nas áreas de saúde, educação ou segurança pública.
- (D) O decreto interventivo deverá ser submetido à Assembleia Legislativa em 72 (setenta e duas) horas de sua edição.
- (E) O decreto interventivo conterá a designação do interventor (se for o caso), o prazo de duração e os limites da medida.

44. O controle externo, relativo à fiscalização contábil financeira e orçamentária a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União ao qual compete, verificada a ilegalidade do
- ato administrativo, determinar a sua imediata sustação, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - ato administrativo, assinalar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso isso não ocorra, sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - contrato administrativo, assinalar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso isso não ocorra, sustar a execução do contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - contrato administrativo, sustar preliminarmente a execução do contrato e encaminhar os autos ao Congresso Nacional para homologação e, após, solicitar, de imediato, as medidas cabíveis.
 - ato ou do contrato administrativo, promover o contraditório nesse âmbito, por meio de procedimento que deverá obedecer o devido processo legal, conforme previsão da Súmula Vinculante nº 8.
45. Com relação à Seguridade Social e às disposições constitucionais relativas à Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de previdência de caráter contributivo e solidário assegurado aos titulares de cargos efetivos dos Municípios que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
 - São vedadas a seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços da seguridade social.
 - Apenas os benefícios ou serviços da seguridade social que concretizem direitos e garantias fundamentais poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
 - As contribuições sociais destinadas a financiar a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos 30 (trinta) dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
 - As contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, inclusive sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social, traduzem-se em uma das fontes de financiamento da seguridade social.

46. Em relação aos benefícios previdenciários a cargo do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barueri, é correto afirmar que
- o novo casamento do cônjuge divorciado, com direito à pensão alimentícia, não extingue a pensão por morte que lhe tenha sido concedida e, havendo mais de um pensionista, a pensão por morte será rateada entre todos, em partes iguais.
 - o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental será feito ao procurador ou curador do segurado, condicionado à apresentação de instrumento público de procuração ou do termo de curatela definitivo.
 - o salário-maternidade é devido à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com idade a partir de 1 (um) ano, até 4 (quatro) anos completos, por 90 (noventa) dias.
 - o direito ao salário-família cessa automaticamente quando o filho ou equiparado completar 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo se inválido, a contar 30 (trinta) dias seguintes ao da data do aniversário.
 - no caso de acumulação permitida de cargos públicos, a participante deverá optar pelo salário-maternidade de um dos cargos ou emprego, caso ambos forem remunerados pelos entes públicos nos quais a segurada estiver vinculada.
47. Dispõe a Lei nº 9.717/98 que
- no caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.
 - a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao dobro da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
 - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro anterior e em curso.
 - compete à União, por intermédio do Ministério da Justiça, a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, pela Justiça Federal, nos casos previstos em lei.
 - as infrações praticadas por dirigentes do órgão ou da entidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais serão apuradas por processo judicial que tenha por fundamento a denúncia positiva dos fatos irregulares, ofertada pelo Ministério Público Federal.

48. Com relação aos crimes contra a Previdência, é correto afirmar que a Lei nº 9.983/2000 dispõe o seguinte:
- (A) constitui crime de apropriação indébita previdenciária deixar de pagar benefício a segurado que tenha integro despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.
 - (B) constitui crime de sonegação de contribuição previdenciária deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e na forma legal ou convencional.
 - (C) as penas previstas para os crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária são de reclusão, de 03 (três) a 06 (seis) anos, e multa.
 - (D) no crime de sonegação de contribuição previdenciária, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa, se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
 - (E) no crime de apropriação indébita previdenciária, a pena será reduzida pela metade, se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores, e presta as informações devidas à previdência social, antes do recebimento da denúncia.
49. Em relação ao regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece o artigo 40 da Constituição Federal:
- (A) os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão ser superiores ao dobro da remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
 - (B) é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores que exerçam atividades de risco.
 - (C) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de disponibilidade e o tempo de serviço correspondente para efeito de aposentadoria.
 - (D) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social estabelecido pela União, Estados, Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias.
 - (E) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo, mesmo que decorrentes de cargos acumuláveis.
50. Em relação aos critérios, requisitos e exigências para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social, de que trata a orientação normativa 02/2009 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mantém o vínculo ao regime previdenciário adotado pelo ente do qual é servidor, quando cedido, exclusivamente com ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta, excetuando-se as indiretas.
 - (B) o Regime Próprio de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será administrado por unidade gestora única vinculada ao Poder Executivo que procederá a recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a dez anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime.
 - (C) as disponibilidades financeiras vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social, ainda que em extinção, serão aplicadas em títulos da dívida pública ou no mercado aberto de capitais, em conformidade com as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
 - (D) as contribuições dos segurados, ativos e inativos, e dos pensionistas somente poderão ser exigidas no exercício seguinte e decorridos 30 (trinta) dias da data da publicação da lei de cada ente que as houver instituído ou majorado.
 - (E) constituem fontes de financiamento do Regime Próprio de Previdência Social, as receitas decorrentes de investimentos e patrimoniais, os valores aportados pelo ente federativo, e outros bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.

CONTABILIDADE GERAL

51. Assinale a opção que representa a melhor situação econômico-financeira para uma entidade com fins lucrativos, cujo Ativo seja equivalente a R\$ 20 milhões.
- (A) Patrimônio Líquido igual ao Ativo.
 - (B) Ativo inferior ao Passivo.
 - (C) Patrimônio Líquido igual a zero.
 - (D) Patrimônio Líquido inferior ao Ativo.
 - (E) Patrimônio Líquido de valor equivalente ao Passivo.

52. Observe a lista de contas patrimoniais a seguir:

- Propriedade para Investimento.
- Empréstimos de Longo Prazo.
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.
- Adiantamento a Fornecedores.
- Dividendos a Pagar.
- Reserva Legal.
- Duplicatas Descontadas.
- Despesas Antecipadas.

O número de contas da referida lista que sempre apresentam saldo credor é

- (A) sete.
- (B) seis.
- (C) cinco.
- (D) quatro.
- (E) três.

53. Uma companhia comercial adquiriu, à vista, mercadorias para revenda no valor de R\$ 600.000,00. Posteriormente, vendeu 60% desse mesmo lote por R\$ 500.000,00. Sabendo-se que sobre ambas as operações incidiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços à alíquota de 18%, e que sobre a venda incidiram o PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) na sistemática cumulativa, às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, o lucro bruto auferido pela companhia nessa operação correspondeu a

- (A) menos R\$ 95.480,00 (prejuízo).
- (B) R\$ 96.550,00.
- (C) R\$ 114.750,00.
- (D) R\$ 128.500,00.
- (E) R\$ 204.800,00.

54. De acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes atualmente, devem ser avaliados obrigatoriamente pelo método da equivalência patrimonial:

- (A) todos os investimentos temporários e permanentes.
- (B) todos os investimentos permanentes.
- (C) todos os investimentos permanentes em coligadas e controladas.
- (D) somente os investimentos relevantes em controladas.
- (E) somente os investimentos relevantes em sociedades coligadas.

55. A demonstração contábil que evidencia a posição de caixa e equivalentes caixa da entidade, no início e no final do exercício, é

- (A) o balanço patrimonial.
- (B) a demonstração de lucros e prejuízos acumulados.
- (C) a demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- (D) a demonstração de origens e aplicações de recursos.
- (E) a demonstração dos fluxos de caixa.

56. É um exemplo de despesa extraorçamentária do ente público:

- (A) amortização da dívida pública interna.
- (B) aquisição de bens móveis e imóveis.
- (C) aquisição de ações de sociedades de direito privado.
- (D) devolução, em dinheiro, de cauções dadas em garantia de cumprimento de contratos.
- (E) concessão de empréstimos a empresas estatais dependentes.

57. Em relação à Dívida Ativa do ente público, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a contabilização da Dívida Ativa implica em uma variação patrimonial aumentativa no patrimônio consolidado do ente público (União, Estado ou Município).
- (B) No órgão ou entidade competente para inscrição do crédito em Dívida Ativa, o recebimento do crédito decorrente da inscrição em Dívida Ativa é contabilizado com contrapartida devedora na conta Transferências Ativas Recebidas Independentes de Execução Orçamentária.
- (C) A constituição do ajuste para perdas de créditos originados pela Dívida Ativa é contabilizada com contrapartida em conta de Variações Patrimoniais Diminutivas.
- (D) Os juros cobrados sobre a Dívida Ativa são contabilizados pelo regime de caixa.
- (E) Em caso de acordo de parcelamento ou renegociação da Dívida Ativa, a parcela dos recebimentos, que se espera que seja paga no intervalo de 12 meses a contar do acordo, deve ser reclassificada para o Ativo não Circulante do ente público.

58. Em relação à despesa orçamentária, é correto afirmar que

- (A) uma de suas etapas é a liquidação, que é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (B) um exemplo de Despesas de Exercícios Anteriores são os Restos a Pagar com prescrição interrompida.
- (C) a despesa com o pagamento de juros da Dívida Pública Interna do ente público é classificada como despesa de capital.
- (D) Restos a Pagar não Processados correspondem ao total das despesas orçamentárias empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício corrente.
- (E) os resgates de empréstimos obtidos por antecipação de receita do ente público são classificados como despesas orçamentárias correntes.

- 59.** No balanço patrimonial e em seus quadros auxiliares, é definido como saldo patrimonial a diferença entre
- (A) o ativo financeiro e o passivo financeiro.
 - (B) o ativo permanente e o passivo financeiro.
 - (C) a soma das variações patrimoniais ativas e a soma das variações patrimoniais passivas.
 - (D) o ativo permanente e o passivo permanente.
 - (E) o total do ativo e o total do passivo.

60. Considere a seguinte situação:

Ocorreu o fato gerador de uma despesa no ente público. A empresa prestou serviços de limpeza previstos em contrato. A despesa foi empenhada, mas ainda não tinha sido liquidada no momento de seu fato gerador.

Assinale a alternativa correta em relação ao lançamento contábil desse fato.

- (A) No sistema patrimonial:
 - D** - Variação Patrimonial Diminutiva.
 - C** - Passivo Circulante.
- (B) No sistema orçamentário:
 - D** - Créditos empenhados a liquidar.
 - C** - Créditos empenhados liquidados.
- (C) No sistema financeiro:
 - D** - Fornecedores ou Contas a Pagar.
 - C** - Caixa ou Equivalentes Caixa.
- (D) No sistema de controle:
 - D** - Disponibilidade de Recursos Comprometida por Empenho.
 - C** - Disponibilidade de Recursos Comprometida por Liquidação.
- (E) Nenhum lançamento deverá ser feito, porque essa despesa somente será registrada na contabilidade no momento de sua liquidação.

